

Agência de Cooperação Internacional do Japão - (JICA) e a Difusão da Biodiversidade na Amazônia¹

Neusa PRESSLER²

Gianne SANTOS³

Universidade da Amazônia – UNAMA

Resumo:

Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa exploratória do Projeto de Pesquisa MCTI /CNPq /MEC/CAPES Nº 18/2012, “Mediação e discursos das agências de cooperação internacional: Difusão da biodiversidade dos projetos socioambientais no Estado do Pará. Tem por objetivo identificar como e de que maneira os projetos socioambientais e publicações da Agência de Cooperação Internacional do Japão - (JICA) atuam na disseminação da informação sobre biodiversidade na Amazônia. Esta pesquisa é interdisciplinar, descreve a atuação dessa agência do ponto de vista da comunicação institucional. Para isso, fundamenta-se nos autores Wilson Bueno e Margarida Kunsch que compreendem a comunicação institucional como um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para criar e manter a imagem de uma empresa ou entidade junto aos seus públicos de interesse.

Palavras-chave: JICA; Comunicação Institucional; Agências de Cooperação Internacional; Biodiversidade.

1. Introdução

A participação de Agência de cooperação internacional para o Desenvolvimento internacionais na Amazônia Legal⁴ tem atuação marcante, em especial, durante e após o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7. Esta atuação, no âmbito dos projetos socioambientais, é amplamente conhecida pelos investimentos de recursos financeiro, técnico e científico para o desenvolvimento sustentável em áreas

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Titular I do Curso de Comunicação Social e do Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia - UNAMA, Doutora em Ciência Socioambiental (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/ UFPA), pesquisadora do CNPq e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCS. Ministra disciplinas: mídia, comunicação institucional e pesquisa em comunicação, e-mail: neusapressler@unama.br

³ Estudante 8º semestre do Curso Comunicação Social - Habilitação Jornalismo e estagiária na empresa O Liberal Jornal.

⁴ “Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil. A Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei n. 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana” (IBGE, 2013).

estratégicas, no sentido de conter o desmatamento e promover a biodiversidade para melhorar as condições de vida dos “povos das florestas”, povos tradicionais⁵.

Povos, historicamente, destinatários das políticas estatais apoiados por organizações internacionais, com gestão financeira do Banco Mundial, do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do poder público local que implementaram vários programas e projetos de desenvolvimento com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável em diferentes regiões na Amazônia.

As principais organizações de desenvolvimento bilaterais⁶, atuantes na Amazônia, são as agências de cooperação internacional: (1) *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* – (GIZ) - Agência de Cooperação de Desenvolvimento Alemã; (2) *Department For International Development* (DFID) (Departamento para o Desenvolvimento Internacional); (3) *United States Agency for International Development* (USAID) - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional; (4) *Japanese International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão) - (JICA), (5) *Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM)* - Fundos Francês para o Meio Ambiente Mundial); *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento - IRD) e (6) Embaixada dos Países Baixos.

O PPG7 envolveu trabalho de colaboração de amplitude local, nacional e global para capacitar associações, grupos locais e povos tradicionais. Embora a Alemanha, por meio de consultoria técnica da GIZ, tenha sido o principal doador e o país que mais colaborou com programa, ao lado dos países do G-7 e da União Europeia, esse artigo descreve a atuação do IRD e a JICA e identifica como e de que maneira os projetos socioambientais e publicações da JICA têm contribuído para a disseminação da informação sobre biodiversidade⁷ na Amazônia.

⁵ O conceito e um debate atual sobre a categoria Povos Tradicionais encontram-se em: ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, 2005. A definição operacional foi contemplada no decreto 6040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais: “Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Art. 3º do Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

⁶ Uma organização bilateral é uma agência do governo ou organização sem fins lucrativos com sede em um único país. Essa modalidade de agência realiza acordos de cooperação com outros países em desenvolvimento (emergentes) para ajuda financeira, científica, técnica e humanitária. A organização ou agência do governo não costuma prestar ajuda humanitária para os cidadãos do país de origem, e é geralmente preocupados apenas com o acordo firmado de cooperação de ajuda aos cidadãos de países em desenvolvimento. As maiores e mais conhecidas agências bilaterais são: USAID, GIZ, DFID, IRD e JICA, dentre outras.

⁷ A biodiversidade tornou-se conhecida a partir de uma reunião realizada nos Estados Unidos, cujos trabalhos foram publicados em 1988, num livro organizado pelo ecólogo Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, nos Estados

O artigo reflete-se como se desenvolvem as ações dessas duas agências na Amazônia, sobretudo projetos socioambientais de preservação ambiental destinados às populações tradicionais e como se configura a participação dessas populações nesse processo e qual a contribuição desses projetos para a execução e disseminação da biodiversidade.

Para facilitar compreensão desse assunto tão amplo no campo do meio ambiente da comunicação institucional da agência de cooperação para o desenvolvimento JICA, o presente artigo está estruturado em 3 tópicos: abordagem histórica e conceitual da Cooperação Técnica Internacional e a informação, o relacionamento histórico da JICA com o Brasil, as ações da JICA e a biodiversidade e, por fim, as considerações finais.

2. Abordagem Histórica e Conceitual Cooperação Técnica Internacional e Informação

Desde 1984, no Brasil, já se delineava a necessidade de reformulação dos mecanismos de gestão do Sistema de acordos de Cooperação internacional, com o propósito de garantir melhor desempenho gerencial, que apresentasse “um duplo comando”, a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e a Sub-Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN). Enquanto a SUBIN desempenhava as funções técnicas, tais como, prospecção, análise, avaliação e acompanhamento de projetos - a Divisão era encarregada dos aspectos políticos.

Essas funções fundiram-se com a extinção da SUBIN e da Divisão de Cooperação Técnica e a criação da ABC, no âmbito do MRE, representou um avanço no sentido de dotar o país de uma Agência especializada em CTI, unificando assim as funções técnica às de política externa.

Desse modo, até 1987, ainda não existia no Brasil um sistema autônomo e específico para CTI, pois todos os órgãos que dela se ocupavam também exerciam outras modalidades de cooperação internacional, a cooperação científica, financeira, econômica, comercial, empresarial, tecnológica e acadêmica, dentre outras. Assim, o sistema brasileiro de CTI constituiu-se em um órgão central de planejamento, gestão e controle na fase em

Unidos. O conceito de biodiversidade procura referir e integrar toda a variedade que encontramos em organismos vivos, nos mais diferentes níveis (MCGRATH, 2006). Este Projeto considera o termo como definido por David McGrath: “[...] Biodiversidade está no bojo de um complexo de ideias coerentes, razão pela qual é considerado um paradigma. A visão global do paradigma da biodiversidade tem sua origem na teoria neo-Darwiniana da evolução que enfoca o indivíduo, comportamento estratégico e o processo de seleção natural atuando sobre a variabilidade genética. Trata-se assim de uma perspectiva reducionista, distinta da perspectiva da ecologia sistêmica, que enfoca o sistema, suas funções e seus fluxos de energia e materiais” (MCGRATH, DAVID, 2006). Ver mais detalhes sobre a convenção da biodiversidade em: <http://www.mma.gov.br/>. Ver também: Data comemorativa ao dia internacional da biodiversidade, 22 de Maio em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>.

que o desempenho das atividades prestadas pelo sistema já estava em decadência. (CERVO, 1994).

Em 1987, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao MRE. A ABC tinha por finalidade, no âmbito do Sistema de CTI, operar em programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento, entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, nos termos da política externa brasileira.

Desde 1989, a ABC exerce suas atividades em três instâncias: 1. Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CTRB), 2. Cooperação Técnica Recebida Multilateral (CTRM) e 3. Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Embasada nessas três instâncias, a agência se propõe,

(1) orientar as instituições nacionais sobre as oportunidades existentes no âmbito dos vários acordos de Cooperação Técnica Internacional (CTI) firmados pelo Brasil; (2) apoiar as instituições na formulação dos projetos; (3) coordenar, na condição de órgão oficial responsável pela Cooperação Técnica Internacional (CTI), a negociação entre as instituições cooperantes e solicitantes. (BRASIL, ABC, 2013).

Com base nessas três instâncias, monitora a execução dos projetos e divulga informações sobre o seu desenvolvimento e sobre os resultados obtidos. Avalia o alcance e a repercussão de cada projeto de cooperação encerrados à luz dos objetivos propostos.

Na definição da Agencia Brasileira de Cooperacao (ABC), a Cooperacao Técnica Internacional (CTI) é “uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico”. Essa intervenção tem como escopo principal minimizar ou solucionar problemas específicos identificados em determinados contextos, para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. Ainda com base nessa definição e nos manuais do MRE, as mudanças visam à capacitação para a formulação e expansão de políticas públicas e à diversificação da produção econômica do país, para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano, por meio do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2013, MRE).

A CTI, por meio da ABC, ampliou suas atividades em várias áreas seguindo as tendências da agenda nacional e global. Nas últimas décadas, a CTI do Brasil se revestiu de experiência e direcionou seus esforços para apoiar o desenvolvimento. Com essa mediação e com estratégia de acordos diplomáticos visando executar vários projetos e ações no

campo ambiental e do desenvolvimento, o Brasil tem atraído vários países do G7⁸ com diferentes modalidades de cooperação internacional.

Conforme conceituação da ABC,

Triangulação é a modalidade de Cooperação Técnica na qual dois países implementam ações conjuntas com o objetivo de prover capacitação profissional, fortalecimento institucional e intercâmbio técnico para um terceiro. O Brasil, à medida que alcança gradações mais altas nos fóruns internacionais, aparece como nação central para este tipo de política de cooperação. O país possui um número expressivo de instituições de excelência em diversas áreas do conhecimento, mantém com os demais países em desenvolvimento laços culturais de amizade e apresenta um histórico de superação dos problemas comuns às nações do chamado “terceiro” mundo. (BRASIL, ABC, 2013, p. 8).

Dessa maneira o Brasil tem conseguido atrair vários parceiros para as ações de triangulação: o Japão, é o maior deles, representado pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA), a Alemanha, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GIZ), e a Inglaterra, com o *Department for International Development* (DFID) etc.

Grosso modo, o êxito da CTI do Brasil deve-se ao desenvolvimento de um sistema nacional eficiente, cuja racionalidade se ocupou da cooperação e da elevada capacidade de atração exercida sobre os agentes sociais externos. Comparados ao início das atividades da ABC, o resultado, foi relevante proque, “conseguiu atingir as condições básicas de vida da população por meio de alguns projetos”.

A conclusão de Cervo (1994) com base na observação, com acréscimos críticos, e nos resultados e pesquisa organizados em um banco de dados, envolve a ação de 333 agências nacionais e estrangeiras e a execução de 1.293 projetos. Esses números dizem respeito à “quase” totalidade do que representou a experiência brasileira de CTI dos anos 1960 aos anos 1990. Na conclusão de Cervo,

O Brasil procurou e teve êxito até certo limite em extrair da inteligência internacional conhecimentos e tecnologias avançadas. Mas o objetivo de repassá-los aos agentes sociais não foi alcançado como convinha. Um volume significativo de conhecimentos socialmente úteis permaneceu enclausurado em relatórios não divulgados. Assim mesmo, a experiência brasileira de cooperação técnica produziu efeitos sociais de grande alcance, em razão da multiplicidade de projetos através de cujas ações atingiam-se numerosos grupos de produtores e consumidores. (CERVO, 1994, p.6 grifos nossos).

⁸ O G7 ou Grupo dos Sete é composto pelos sete países mais ricos do mundo. Em 1997, depois da Guerra Fria, convidaram a Rússia a juntar-se ao grupo, passando então a G8. A Rússia não participa em todas as reuniões do grupo, daí que “G7” continue a ser um nome comum para designá-los.

É a constatação da realidade das instituições públicas e, às vezes, de organizações privadas com dificuldade de difundir e distribuir a informação. A conclusão do autor aponta para a problemática da difusão e intercâmbio da informação que, via de regra, não é planejada ou inserida nos projetos de cooperação ou observada nos diversos campos, inclusive no ambiental no contexto da Amazônia e das agência de cooperação internacional (JICA, GIZ, USAID etc).

2.1 O relacionamento histórico da JICA com o Brasil

Fundada em 1974 e com atividades e escritório, no, Brasil desde 1976, em 2008 a JICA reformulou a gestão e passou a ser responsável pela implementação de forma unificada das três formas de assistência, antes prestadas por órgãos distintos, a saber: 1. Cooperação Técnica, 2. Empréstimo ODA e 3. Cooperação Financeira Não Reembolsável. Com isso tornou mais ágil nos acordos de cooperação internacional.

A JICA é a agência responsável pela execução da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), por meio dela, o Governo Japonês apóia o esforço do desenvolvimento sócioeconômico dos países em desenvolvimento. Possui uma rede de representações em quase 100 países (JICA, 2009).

De acordo com a Agência ABC e a JICA (2009), a relação de cooperação técnica entre Brasil e Japão iniciou em, 1959, e são regulada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão, tratado assinado em agosto de 1971. Entretanto, cabe ressaltar que em 1974 ocorre a Fundação da JICA como resultado da fusão entre OTCA e Agência de Emigração do Japão. Nas palavras da JICA,

Em 1945 a 2ª Guerra Mundial terminou e o Japão recomeçou uma nova era tendo como propósito a reconstrução do país e o seu retorno à sociedade internacional como uma nação pacífica. Ao iniciar a década de 50, a assistência a países em desenvolvimento passou a atrair o interesse internacional [...]. O Japão, que se empenhava na sua própria reconstrução econômica com o auxílio da sociedade internacional, aderiu, em 1954, ao Plano Colombo, começando a cooperação técnica com outros países. Por trás dessa decisão do Japão de começar tão cedo a cooperação internacional, num momento em que ainda se encontrava em situação de precariedade, estava a grande vontade de recuperar o quanto antes a confiança internacional (idem, 2009, p. 3).

Dois anos após sua fundação, a JICA iniciou suas atividades no Brasil, trabalhando inicialmente como um escritório anexo da Embaixada do Japão. Atualmente a JICA tem

dois escritórios no país: um em Brasília, responsáveis pelas questões de cooperação técnica e financeira, e outro em São Paulo, responsável pelas atividades relacionadas à Comunidade Nikkei⁹. Desde o início das atividades da JICA, o apoio prestado pelo Japão para o Brasil marca um relacionamento histórico entre os dois países.

Esse relacionamento pode ser referenciado e resumido por meio de dados e números, nas colônias japonesas do Brasil,

Colônia Japonesa no Brasil

Isseis (japoneses de primeira geração, nascidos no Japão)	12,51%
Nisseis (filhos de japoneses)	30,85%
Sanseis (netos de japoneses)	41,33%
Yonseis (bisnetos de japoneses)	12,95%

Quadro 1: Colônia Japonesa no Brasil, quadro elaborado pela autora com base nos folders e documentos da JICA e Embaixada do Japão no Brasil e (IBGE, 2013)..

Atualmente, no Brasil há 1,5 milhão de japoneses e descendentes, sendo 80% no Estado de São Paulo, a maioria, na capital (326 mil segundo o censo de 2010). Da comunidade japonesa no Brasil, 90% vivem nas cidades. O bairro da Liberdade, no centro da capital de São Paulo, representa a identidade e o marco da presença japonesa, na cidade. Em outras regiões, também há importantes focos de japonês no Brasil: Estados do Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2013).

Ainda em, declaração na comunicação institucional da JICA,

[...] o montante acumulado de fundos enviados ao Brasil para a cooperação técnica ultrapassa 1,2 bilhão de dólares (cerca de 2,0 bilhões de reais). Isso coloca o Brasil na sexta posição entre os maiores beneficiários da ajuda japonesa através da cooperação técnica entre todos os países do mundo – e a maior fora do continente asiático. A assistência financeira do Japão para o Brasil hoje em dia ultrapassa os US \$ 3 bilhões (cerca de 4,8 bilhões de reais). O período mais marcante dessa cooperação ocorreu na década de 1980 e 1990.

Nesse período, foram implementados vários projetos e um se estabeleceu em um espaço de diálogo para a transferência de tecnologia, caracterizado por um grande

⁹ No Brasil existem aproximadamente 600 entidades Nikkeis que atuam junto a sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sócio-cultural através da divulgação da cultura e integração de seus associados (JICA e entrevista pessoal em mai.2013). Nesse sentido, com base nos dados da Embaixada do Japão no Brasil vale ressaltar alguns conceitos e nomenclatura dessa relação. Os descendentes de japoneses chamam-se *nikkei*, sendo os filhos *nissei*, os netos *sansei*, os bisnetos *yonsei*. Os nipo-brasileiros que foram ao Japão trabalhar a partir do fim dos anos 1980 são denominados *dekassegui*.

intercâmbio de especialistas japoneses enviados ao Brasil e estudiosos brasileiros enviados para o Japão.

A exemplo das demais agências de cooperação internacional, vários países atingidos pela 2ª Guerra Mundial, na década de 1950, expandiam mercados seus mercados e cresceram, economicamente, vendendo produtos industrializados para países em desenvolvimento. A JICA direciona o trabalho em quatro pilares, missões: 1. Desenvolvimento Dinâmico e Inclusivo para enfrentar os desafios globais como questões relacionadas às mudanças climáticas, água, segurança alimentar, doenças infecciosas e crise econômica. 2. Redução da pobreza por meio do crescimento equitativo; (3) Melhoria da governança, apoiando o fortalecimento das bases para o desenvolvimento como políticas, sistemas, organizações e recursos humanos; (4) Garantias da segurança humana por meio de uma sociedade que proteja as pessoas de ameaças como guerras e desastres naturais e que supre as carências, permitindo-lhes viver com dignidade.

Em se tratando do campo ambiental, as áreas prioritárias de atuação da JICA, no Brasil, são: as medidas contra mudanças climáticas e o ordenamento do meio ambiente urbano. Nesse sentido, a JICA vem atuando: (1) no fortalecimento das medidas contra mudanças climáticas por meio da conservação do ecossistema, e uso sustentável dos recursos naturais (conservação da Floresta Amazônica, aumento da produção de biocombustíveis, etc.); (2) busca de soluções para os crescentes problemas de meio ambiente urbano, como poluição atmosférica causada por congestionamentos de automóveis ou poluição da água.

PPG7¹⁰.

A Cooperação Técnica é executada, através de envio de peritos, doação de equipamentos e treinamento de contrapartes. Há projetos compostos por todas as modalidades ou combinação de parte destas modalidades. Após o encerramento do projeto, existe a possibilidade de uma cooperação *Follow Up*. Análise dos folders da JICA e entrevista com alguns consultores, no segundo semestre de 2012, constatou-se que esse também é um meio de empregar a mão-de-obra especializada de seus países com o envio de

¹⁰ O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – (PPG7) foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990. Em dezembro de 1991, foi aprovado pelo G-7 e pela Comissão Europeia. Durante a Eco-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil. A sua execução competia ao governo brasileiro que, por meio do Ministério do Meio Ambiente, o qual coordenou o Programa, contava ainda com o intermédio do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Europeia e dos países membros do Grupo dos Sete. O PPG-7 foi instituído pelo Decreto nº 563, em junho de 1992, e modificado pelo Decreto nº 2.119 em janeiro de 1997. Os primeiros projetos foram aprovados em 1994 e a implementação iniciada em 1995 e concluídos em 2009. Fonte: Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, MMA, 2009).

consultores, especialistas e peritos para os projetos cooperação técnica nos países emergentes.

No âmbito da Cooperação Brasil-Japão, o *Japan-Brazil Partnership Program* (JBPP) constitui um dos Programas centrais. Este programa, que hoje passa por um processo de expansão e aprofundamento, em um primeiro momento, visou à realização de projetos de cooperação triangular endereçados aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Timor-Leste.

Projetos em execução de (2010 a 2015)

▪ Dinâmica do Carbono da Floresta Amazônica (2010 - 2014)
▪ Organizações Locais na Amazônia Oriental (2010.3 - 2010.12)
▪ Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós (2007 - 2010)
▪ Estabelecimento de uma Organização para a Proteção de Florestas Úmidas da Região do Amazonas (2007 - 2010)
▪ Projeto Inclusão Social por Meio de Incentivo à Produção de Oleaginosas para a Geração de Biodiesel na Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte 2009 - 2013
▪ Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão (2010 - 2013) ¹¹
▪ Contribuição à Proteção da Amazônia Brasileira e Combate ao Desmatamento Ilegal com Utilização de Imagens do Satélite Japonês ALOS (2009 - 2012)
▪ Estudo para produção de etanol a partir do resíduo da cana-de-açúcar (2009 - 2012)
▪ Implementação do Policiamento Comunitário Utilizando o Sistema Koban (2008 - 2011)
▪ Melhoria da Educação Ambiental e de Atividades para Conscientização Pública sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Cidade de São Paulo (2008 - 2011)
▪ Controle da Redução de Perdas na Distribuição de Água através de Implantação de novas Técnicas de Gestão e Operação de Sistemas (2007 - 2010)
▪ Cenários futuros de mudanças climáticas 2009 - 2011
▪ Formação de Recursos Humanos de Alto Nível na Área de Microeletrônica (2010 - 2011)
▪ Projeto de Instalação de um Modelo de Melhoramento da Qualidade da Água em Conjunto com a Comunidade na Cidade de Londrina-PR (2010 - 2013)
▪ Desenvolvimento de Tecnologia de Engenharia Genética para Culturas com Tolerância a Estresses Contra a Degradação do Ambiente Global (2010 – 2015)

Quadro 2: Colônia Japonesa no Brasil, quadro elaborado pela autora com base nos folders e documentos da JICA e na publicação 50 anos de cooperação do Japão no Brasil

¹¹ O Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão é uma iniciativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em cooperação técnica com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA. Tem como objetivo a preservação ambiental e a disseminação da Biodiversidade. É implementado com o apoio e a cooperação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins, Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins e do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS. Fonte: Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão (2013).

Esse quadro é muito importante no sentido de informar as ações da JICA. No entanto, é necessário enfatizar que a cooperação internacional é fundamental para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no Brasil. Mas, por vezes, essa cooperação tecnocientífica tem excesso de autonomia. A questão crucial é “o controle da informação, porque muitas vezes os pesquisadores brasileiros, em parcerias, conhecem o subprojeto ligado à sua parceria, mas não o projeto como um todo” (BECKER, 2005). Deve haver, portanto, conscientização dos pesquisadores no sentido da globalização da pesquisa, de modo que não tenham acesso apenas a uma parte da informação”. A prática de boa gestão da comunicação institucional seria uma das estratégias para a construção de uma comunicação dialógica e eficaz.

3 As Ações da JICA e a Biodiversidade

Em se tratando de Amazônia, esses dados apresentados pela comunicação institucional da JICA mostram as iniciativas em prol do social e do ambiental que pouco ficamos sabendo em virtude de constar apenas em relatórios e em poucos releases em forma de notas, em alguns casos, veiculado na mídia televisiva, impressa e agora na internet. Atualmente, essas organizações bilaterais querem, somente, publicar parte das informações na internet e isso para elas basta.

A comunicação organizacional ou empresarial para Bueno (2009, p. 29) é,

[...] um conjunto de planos, ações, políticas e produtos planejados por uma organização com o fim de atar um relacionamento contínuo com os *stakeholders*. Quando falamos em Comunicação Institucional, tratamos de uma ideia política defendida pela organização, não uma simples propaganda ou publicidade de certo produto, mas sim uma exposição de um ponto de vista; de uma posição política.

Para Bueno (2003), não há distinção da comunicação empresarial, organizacional ou corporativa, utilizando os termos como sinônimos. "A Comunicação Empresarial (Organizacional, Corporativa ou Institucional) compreende um conjunto complexo (Organizacional, Corporativa ou Institucional) compreende um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para criar e manter a imagem de uma empresa ou entidade junto aos seus públicos de interesse (consumidores, empregados, formadores de opinião, classe política ou empresarial, acionistas, comunidade acadêmica ou financeira, jornalistas etc), junto à opinião pública. (BUENO, 2003).

Nesse sentido, política de comunicação¹² torna-se importante para as ações das atividades da comunicação institucional.

Na produção das políticas de comunicação, a organização deve expressar seus valores e suas crenças acerca de suas mensagens, direcionadas à sociedade. Entre os valores de suas mensagens, a organização pode optar entre transparência e opacidade, proatividade e reatividade, distância e conveniência, padronização e diversidade, entre morosidade e velocidade. Essa decisão emana do comando organizacional, provoca percepções no ambiente dos públicos, e indica que não existe política de comunicação efetiva, construída fora dos territórios da alta direção” (NASSAR, 2003, p. 28).

Entretanto, na descrição do material publicado pela JICA, constata-se que predominou a opacidade, no modo de divulgar os dados e na forma discreta de informar os resultados, com isso se deduz que em alguns casos o silenciamento, as vezes, pode ser uma técnica para esconder as reais razões dos objetivos de uma da cooperação técnica para o desenvolvimento.

Apesar do amplo trabalho realizado no campo socioambiental, nas imagens e nos enunciados dos documentos, dispersos produzidos pela JICA e organizações brasileiras de cooperação, há sinais de que prevaleceu o sentido do desenvolvimento. O enunciado desenvolvimento sempre implícito, mas de forma diferente aparece nas práticas de comunicação institucional no contexto da agenda global.

A maioria do material de comunicação institucional descreve os objetivos da JICA e alguns dos projetos que ela realiza no Brasil, além de apresentar alguns dados históricos sobre a Agência. Tratando-se de Cooperação Financeira, no Pará, a JICA investiu no projeto de construção do Porto de Vila do Conde, em Barcarena (1981). Eles também ajudaram a desenvolver projetos de Fortalecimento do Sistema de Vigilância em Saúde do Metilmercúrio na Bacia do Rio Tapajós (2007 - 2010) e o Estabelecimento de uma Organização para a Proteção de Florestas Úmidas da Região do Amazonas (2007 - 2010).

A JICA apóia o projeto Dinâmica do Carbono da Floresta Amazônica, que tem como objetivo desenvolver uma metodologia de aferição do estoque de carbono em larga escala da Amazônia, visando à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação das Florestas nos Países em Desenvolvimento (REDD).

¹² Política de comunicação defini-se como, “estratégia básica de comunicação de uma empresa ou marca. Regras que devem ser seguidas no trabalho de planejamento, criação, produção e mídia de todas as ferramentas de comunicação institucional”. (LUPETTI, 2000, p. 148). Ver mais detalhes sobre o conceito de Política de comunicação: (BUENO, 2009, p. 307-327).

Do ponto de vista da comunicação institucional, a publicação 50 anos de Cooperação Brasil - Japão (2009) e outros boletim informativos (2009) têm caráter histórico e traz uma retrospectiva desde o ano de 1945, quando o Japão começou a se reerguer depois de ser vítima das bombas atômicas, até os dias de hoje. “A intenção do país era recuperar o quanto antes a confiança internacional por meio da cooperação técnica” (JICA, 2009).

Desde então, a JICA participou de vários projetos brasileiros como as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), a Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e a empresa de refino Alumínio Brasileiro S.A. (Albras), além da Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte)

Mostra também uma contribuição interessante sobre o plantio feito pelos descendentes japoneses, que moram no município de Tomé-Açú, localizado no nordeste paraense. Os imigrantes desenvolveram um sistema agroflorestal em que plantam árvores como cacau, pimenta do reino e açaí no meio da floresta, sem desmatar árvores nativas, reduzindo o risco da monocultura. A JICA ajuda a divulgar essa tecnologia de plantio para outros países, em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/CPATU).

O Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP), iniciou no Brasil, em 1985, voltado para o desenvolvimento do trabalho de instituições brasileiras com a cooperação japonesa (JICA, 2010).

Ao longo dos anos, os projetos de TCTP foram adotados por outras instituições, em áreas como saúde e agricultura, e passaram de 4, no fim dos anos 1980, para 14 em 2010. De acordo com os dados apresentados na publicação, os latinos são os maiores beneficiários do programa quando se trata de intercâmbio. Desde o início do programa foram selecionados cerca de 2300 bolsistas, sendo cerca de 1.800 da América Latina, mais de 500 da África e 30 da Ásia.

Na área de desenvolvimento social, a JICA atua na cooperação para a redução das desigualdades sociais, visando à construção de infraestruturas socioeconômicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assistência agrícola e irrigação no cerrado e caatinga (semi-árido) e, desenvolvimento de infraestrutura básica nas áreas urbanas (saúde, saneamento, segurança, transporte, etc.)

Em 2000, os dois governos assinaram um acordo chamado de "Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP)" para promover a cooperação tripartite, pelo qual eles exploram os

recursos e know-how do Brasil e do Japão para ajudar um terceiro país em desenvolvimento.

Como parceiros sobre questões de escala global, o Brasil e o Japão têm promovido a cooperação em áreas como agricultura, saúde, meio ambiente e capacitação. Para atender às demandas de países da América Central e do Sul, os países africanos de língua Português e, mais recentemente, países do sudeste asiático e países africanos além da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

A parceria entre a JICA, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC - Ministério das Relações Exteriores) e instituições brasileiras - destinatários da cooperação técnica japonesa no passado - de até agora por 10 "projetos conjuntos" para os países beneficiários nas áreas de Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, treinamento, além disso, mais de 40 cursos de formação de países terceiros (TCTP) foram realizadas, atingindo mais de 20 países¹³.

Para as organizações em geral, “é muito importante a integração de suas atividades de comunicação, em função do fortalecimento do conceito institucional, mercadológico e corporativo junto a toda a sociedade” (KUNSCH, 2002). Entretanto, ao optar pela prática de comunicação instrumental em detrimento da dialógica apenas alguns segmentos da sociedade terão acesso a determinadas informações como o trabalho desenvolvido pela JICA que não se vê obrigado a informar detalhes da sua parceria com toda a sociedade. É necessário incorporar a ideia de uma comunicação globalizante, que nos ajude a compreender e acompanhar o ritmo acelerado das mudanças no Brasil e no mundo. Uma combinação parcial e fragmentada nunca conseguirá isso (idem, 1997, p. 116)

4 Considerações Finais

O ponto de partida, desse artigo, foi resumir o resultado parcial de uma pesquisa exploratória do Projeto de Pesquisa MCTI /CNPq /MEC/CAPES Nº 18/2012, “Mediação e discursos das agências de cooperação internacional na Amazônia”: descreve a atuação das Principais Agências de Cooperação Internacional de Desenvolvimento na Amazônia e a Biodiversidade.

Ao analisar as principais agências de cooperação internacional de desenvolvimento que atuam na Amazônia selecionamos a JICA para identificar como e de que maneira os projetos socioambientais e publicações da Agência Japonesa de Cooperação Internacional - (JICA), atua na disseminação da informação sobre biodiversidade na Amazônia.

¹³ Os cursos oferecidos podem ser acessados no site: <<http://www.br.emb-japan.go.jp>> Calendário de Cursos e Aplicação.

Por ser uma pesquisa interdisciplinar, descrevemos a atuação dessa agência do ponto de vista da comunicação institucional e evidenciamos que, a exemplo das demais Agências, apesar das cartilhas e do uso da comunicação aproximativa (reunião, *workshoring*, seminários, encontros e oficinas etc), não há adequação da informação para os diferentes agentes sociais, em especial, os cidadãos brasileiros e os diversos segmentos da sociedade. Em especial na Amazônia, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. com conhecimento natural e tradicional, excluídos do letramento, que sequer são citados no material institucional da JICA.

A comunicação institucional “está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações” e constroem uma personalidade organizacional como proposta básica e influência político-social na sociedade onde está inserida. (KUNSCH, 1997, p. 164).

Entende-se que na prática da comunicação institucional para informar ações de preservação ambiental e disseminação da Biodiversidade na Amazônia, não é tão simples. É aconselhável que não seja de forma massiva e tampouco fundamentada no sensacionalismo, mas é preciso informar, sem optar pelo caminho mais fácil, de uma política de comunicação com opacidade e com dados superficiais parecendo esconder a real razão do assunto a ser divulgado.

Por fim, conclui-se nessa pesquisa parcial que as agências de cooperação internacional JICA juntamente com o MMA, optam por uma comunicação opaca e instrumental em detrimento da comunicação institucional dialógica e com princípios interativos junto os diferentes segmentos da sociedade na Amazônia.

5 Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Marin Rosa. E. A. ; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . **Relatório Técnico Final do Seminário Internacional Populações Tradicionais** e questões de terra na Pan-Amazônia. 2005.

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO . **Guia Informativo: Cooperação Técnica para Projetos Comunitários**. JICA: Brasília, 2009.

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO. Home page <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office>>. Acesso em: jun.2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caminhos da sustentabilidade**,(2009). Disponível em: <http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/168_publicacao15102009043958.pdf>. Acesso em: jun.2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jica no Brasil**: Atuando como parceiro global. JICA: Brasília, 2011
Matéria Agência de Cooperação Internacional do Japão.

GAMA, William and VELHO, Léa. **A cooperação científica internacional na Amazônia**. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 205-224. ISSN 0103-4014.

Embrapa/CPATU. <<http://www.cpatu.embrapa.br/eventos/2008/marco/embrapa-x-JICA-tctp-2013-follow-up/?searchterm=JICA>> (2008). Acesso em mai. 2013.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial**: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Comunicação Empresarial**: teoria e pesquisa. Barueri, SP: Manole, 2003.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agência Brasileira de Cooperação-ABC**. Projetos socioeconômicos e ambientais. Brasília – DF : Esplanada dos Ministérios, Palácio do Itamaraty – Anexo I. Disponível em: <www.abc.mre.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2013.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o desenvolvimento: uma história da CTI do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, 1994.

IBGE. **Divisão política**: Amazônia Legal representa 59% do território brasileiro. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/amazonia/viewer.htm>> Acesso em: 21 jun. 2013.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. (Novas buscas em comunicação; v. 17). São Paulo: Summus, 2002.

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de Comunicação**. São Paulo: Futura, 2000.